

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPINZAL
METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

ANEXO
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER
CONTINUADO

A estimativa de margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para assegurar que não haverá a criação de nova despesa permanente sem fontes consistentes de financiamento.

O art. 17, da LRF, ao tratar da criação de despesas obrigatórias de caráter continuado, traz elementos à compreensão da natureza do problema. Nesse artigo, exige-se como requisito, para a efetivação desse grupo de despesas, a compensação pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, onde aumento permanente de receita é aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

A presente estimativa considera como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, dado que se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante a ser arrecadado, assim como os efeitos da legislação sobre a arrecadação total.

Por sua vez, considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17, da LRF).

Para que haja expansão da despesa de caráter continuado é necessário que o aumento não afete as metas de resultados fiscais, sendo necessária a compensação pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, onde aumento permanente de receita é aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Desta forma, o crescimento real da atividade econômica é um dos fatores determinantes do aumento da base de cálculo da arrecadação tributária, já que se entende como conceito de base de cálculo a grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para obter o montante tributário a ser arrecadado.

Como está previsto o aumento da base de cálculo para 2023, em virtude da expectativa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,50%, índice previsto pela União, as transferências constitucionais sofrerão crescimento real compensando assim o crescimento das despesas obrigatórias de caráter continuado.

O aumento das despesas permanentes de caráter obrigatório que terão impacto em 2023 para toda a Administração Municipal será provocado pelos seguintes fatores: provimentos de cargos vagos ou criados já autorizados, crescimento vegetativo da folha de pagamento de servidores ativos, revisão geral do salário dos servidores municipais, com base no índice de 1,06%, sobre o valor base atual, bem como a meta de inflação de

3,70%, estabelecidos pelo Governo que poderão afetar os valores referentes as despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício de 2023.

DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

LRF Art. 4º, § 2º, V

Descrição	Valor
Aumento permanente da Receita	4.269.000,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao Fundeb	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	4.269.000,00
Redução Permanente da Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	4.269.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	1.802.275,40
Novas DCCO	1.802.275,40
Novas DCCO geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DCCO (V) = (III-IV)	2.466.724,60

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento.

1. Premissas e Metodologia de Cálculo

1.1 - Premissas

O Cadastro Imobiliário do Município nos últimos cinco exercícios apresentou um crescimento nominal médio anual de 1,02%, sendo:

2016 = 11.723
 2017 = 11.927 = 1,014016890%
 2018 = 12.048 = 1,010145049%
 2019 = 12.100 = 1,004316069%
 2020 = 12.263 = 1,013471074%
 2021 = 12.417 = 1,012558102%
 2022 = 13.196 = 1,062736571% até 30 de junho de 2022

Esses dados nos dão a certeza de que no mínimo 135 novas unidades imobiliárias poderão ser cadastradas para tributação do IPTU.

No presente exercício, o valor médio por unidade imobiliária corresponde a R\$ 243,00.

Valor Estimado 2022 em R\$	Numero de cadastros	Valor médio
3.206.557,43	13.196	R\$
3.206.557,43 / 13.196		R\$ 243,00

1.2 – Metodologia de cálculo

ESTIMATIVA DE CRECIMENTO EM 2019	
▪ Novas Unidades cadastrais = 135 x R\$ 243,00 cada =	32.805,00
▪ Crescimento real da atividade econômica, segundo projeções dos Governos: Federal e Estadual.	4.236.195,00
▪ Extinção de custos operacionais	0,00
Total	4.269.000,00

FONTE: Secretaria de Planejamento – Setor Tributário

Nota:

1. Para o cálculo do Aumento Permanente das Receitas foi utilizado o valor realizado das Receitas Correntes de 2019, 2020 e 2021, excluídas as Receitas sazonais e de Convênios (RREO 2019 2020 2021). A previsão do Aumento Permanente de Receitas será de 9,37% das receitas correntes para 2023, em relação ao valor estimado para o exercício de 2022. A estimativa considera também como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, nos índices previstos pelo governo Federal para o exercício de 2023, 2024 e 2025.

2. Foram considerados para o cálculo das novas despesas obrigatórias de caráter continuado os aumentos constitucionais dos gastos com Saúde e Educação e a revisão geral anual prevista na legislação, que ficara vinculado ao crescimento das receitas.